



## Divisão de recursos de estados seguirá mesmo índice até 2015

Pedro França/Agência Senado

Senadores negociam com relator, Walter Pinheiro (3º à dir.), novas regras para o FPE: emendas serão votadas hoje



Substituto de Walter Pinheiro a oito projetos foi aprovado ontem por unanimidade. Hoje serão votadas 18 emendas apresentadas ao texto

**D**e acordo com a proposta básica aprovada após longo debate, ficam mantidos até 2015 os coeficientes atuais de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Em 2016 e 2017, seria garantido um piso correspondente aos valores recebidos em 2015, corrigidos pelo IPCA e 50% da variação do PIB. Walter Pinheiro elogiou o nível do debate e afirmou que o resultado, apesar de não agradar a todos, foi uma equação do possível. **3**

**Ministro da Aviação quer mais atendimento a voos de carga 4**

**Aldo Rebelo rebate críticas sobre gastos com a Copa 7**

**Proposta sobre domésticas pode ficar pronta ainda neste mês 9**

**OAB apresenta nomes para Conselhos da Justiça e do MP 8**

**Relatório sobre alterações no ICMS deve ser lido na terça 6**

**Paulo Bernardo anuncia smartphones mais baratos 5**

**Lei sobre reconstrução de mama pelo SUS vai à sanção 11**

Karen Araújo/Gabinete do senador Jorge Viana



**No Planalto, Viana pede ação federal na questão de imigrantes no Acre**

Jorge Viana se reuniu com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Em Brasileia, número de clandestinos estrangeiros chega a 1.300. **12**

Imigrantes que entram clandestinamente no Brasil lotam alojamento em Brasileia (AC)

**Senado: transparência, economia e mais eficiência**

Redução de 10% nos contratos da Central de Atendimento e do serviço de apoio administrativo do Prodasen

Economia de **R\$ 1,4 milhões**

em 2013-2014



# Novo Regimento Comum vai eliminar trechos em desuso

Comissão que analisa reforma das normas para atividades conjuntas das duas Casas do Congresso ouviu sugestões que secretária-geral do Senado listou a partir de questões de ordem feitas por parlamentares

COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES, intervalo entre votações, apresentação de recursos e leitura de propostas foram alguns dos pontos listados pela secretária-geral da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, como importantes para serem tratados na reforma do Regimento Comum do Congresso, que está sendo elaborada em comissão especial de senadores e deputados. O relator é o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

Em audiência pública ontem, Cláudia mostrou alguns trechos que precisam ser atualizados, retirados ou detalhados, por não tratarem de forma clara temas complexos do processo legislativo. A primeira tarefa defendida por ela foi a adequação de artigos desatualizados, obscuros ou que caíram em desuso. Um exemplo é a formalização da própria Mesa do Congresso, criada pela Constituição e inexistente no Regimento Comum. Por isso, ainda compete à Mesa do Senado a condução das sessões conjuntas.

— Esta reforma será de grande utilidade para o Congresso, e é preciso que se deixe o menos possível as situações em aberto, como ocorre hoje — disse a secretária-geral, lembrando que o Regimento Comum é de 1970, anterior à Constituição vigente.

A comissão foi criada para modernizar as normas para atividades conjuntas do Senado e da Câmara, especialmente porque muitas disputas têm sido decididas na Justiça.

## Decisões judiciais

Cláudia fundamentou sua apresentação em um levantamento das centenas de questões de ordem feitas por deputados e senadores nos últimos tempos. Uma das questões apresentadas por ela tem relação com decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal que ainda não constam no regimento e trechos que foram impugnados pelo Tribunal de Contas da União. Também

seria importante, disse ela, regulamentar a existência de colegiados como as frentes parlamentares mistas.

Os itens a serem incorporados compõem uma longa lista. Na norma atual, não estão previstos procedimentos como apresentação de substitutivos — tratados de maneiras diferentes nos Regimentos da Câmara e do Senado —, pedidos de vista, emendas aglutinativas, urgência para tramitação de matérias, interstício, retirada de assinaturas e recursos, entre outros. Todos esses pontos, explicou a secretária-geral, deveriam ser tratados de forma detalhada no novo regimento.



Claudia Lyra afirma que a própria Mesa do Congresso não existe no regimento

## Comissão única para medidas provisórias

Sobre as comissões mistas para análise de vetos e de medidas provisórias, Cláudia Lyra concordou com proposta, apresentada em audiência anterior da comissão pelo ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carreiro, para que se crie uma única comissão permanente. Ela observou que a medida seria interessante para o corpo técnico, mas apontou a dificuldade de se restringir a discussão das medidas provisórias a uma só comissão, uma vez que tratam de temas diversos.

A secretária-geral concluiu sua apresentação ressaltando ter tratado apenas de questões técnicas, uma vez que a discussão sobre questões políticas que envolvem a reforma do regimento comum caberia apenas aos parlamentares.

## Mudanças no Senado podem contribuir

A comissão especial volta a se reunir dia 16 para ouvir o senador Lobão Filho (PMDB-MA), relator da reforma do Regimento Interno do Senado. Os parlamentares esperam que as atualizações no Senado colaborem com a reforma do Regimento Comum.

Romero Jucá prometeu apresentar prévia de seu relatório até o fim da próxima semana, para que os parlamentares tenham tempo de analisar as mudanças. Segundo ele, as informações de Cláudia Lyra vão contribuir muito para o trabalho. O senador lamentou não poder contar com uma revisão do Regimento da Câmara.

A comissão especial é presidida pelo deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) e tem o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) como vice-presidente.

## Comissão de Orçamento define presidência hoje

Ficou para hoje a definição da presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Como não houve acordo ontem, os líderes partidários devem se encontrar antes da eleição, a ser realizada em reunião marcada para as 15h.

A presidente em exercício do colegiado, deputada Rose

de Freitas (PMDB-ES), e o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) devem apresentar uma consulta ao presidente do Senado, Renan Calheiros, sobre a indicação da Casa à presidência da comissão.

O nome do senador Lobão Filho (PMDB-MA) é questionado por ele ser suplente, o

que é vedado pelo Regimento Interno da Câmara (artigo 243), mas os Regimentos Comum do Congresso e Interno do Senado não preveem impedimento. O deputado Miguel Corrêa (PT-MG) deve ser o relator-geral do Orçamento. (Com informações da Agência Câmara)

## Para Rollemberg, Chico Xavier é um exemplo também para a política

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) homenageou na segunda-feira o médium Francisco Cândido Xavier, conhecido como Chico Xavier, que, se estivesse vivo, completaria 103 anos em 2013. O senador, que se declarou católico, se associou aos espíritos e admiradores de Chico Xavier, a quem definiu como “mensageiro de luz e exemplo de solidariedade e compromisso com o testemunho cristão”.



Waldemir Borreio/Agência Senado

— Chico Xavier foi um dos maiores símbolos brasileiros de bondade, de abnegação e fé, de humildade e consciência pautada por profundos valores humanos em sua força social e consagração espiritual.

Para Rollemberg, a vida de entrega e o vínculo com o dever de servir à sociedade deixam um exemplo que deve ser seguido no mundo político, em que os mandatos só terão os objetivos cumpridos se servirem ao cidadão. O senador disse que é preciso perceber que política só tem sentido se for para modificar e melhorar a vida do povo.

A vida do médium é tema de exposição no Salão Branco do Congresso Nacional, aberta ao público até o dia 30 de abril. A mostra *O Brasileiro Chico Xavier* é promovida pelo Senado e pela Câmara em conjunto e conta com 84 imagens do médium mineiro.

### ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Juventude

14h O projeto do Estatuto da Juventude está entre os itens da pauta da sessão deliberativa.

#### PRESIDÊNCIA Eleições 2014

10h Renan Calheiros tem café da manhã com a presidente do TSE, Cármen Lúcia; às 12h, recebe o senador Paulo Bauer e Paulo Rabello, do Movimento Brasil Eficiente; e, às 16h, preside a ordem do dia.

#### C Ciclo de debates

7h30 Debate sobre eletricidade e energia com o secretário do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho. Exame da indicação de José Gutman para a ANP.

#### CAS Defesa da saúde pública

9h Análise do projeto sobre o contrato de trabalho por prazo determinado para jovens. Às 15h, recebe o Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública.

#### CDR Inspeção de edificações

9h Audiência sobre criação do Laudo de Inspeção Técnica de Edificações. Após, análise da universalização de serviços de telecomunicações para a Amazônia Legal.

#### CCJ Eleições majoritárias

10h Análise do projeto de eleições majoritárias para vereadores nos municípios com mais de 200 mil eleitores e da indicação do juiz Alexandre Berzosa Saliba para o Conselho Nacional do Ministério Público.

#### CE Seguro para atletas

10h Debate sobre o projeto que altera a Lei Pelé para exigir a contratação de seguro como condição para participação de atletas em competições de futebol.

#### CDH Violência sexual

11h A Comissão de Direitos Humanos vota projeto que trata do atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

#### MP Amazônia

14h15 Análise do relatório da comissão mista sobre a MP 602/2012, que prorroga contratos do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

#### CCA Eleição

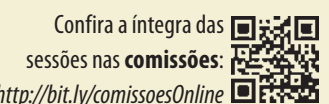
15h Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência para escolher o novo presidente.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, **audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura** e, às 10h, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

Coefficientes atuais para distribuição de recursos permanecem por mais três anos e critérios para partilha de excedentes serão definidos hoje, com a votação de 18 emendas

# Plenário mantém regras do Fundo de Participação dos Estados até 2015

COM 64 VOTOS favoráveis e nenhum contrário, os senadores aprovaram o texto-base do substitutivo de Walter Pinheiro (PT-BA) a oito projetos sobre partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). As 18 emendas apresentadas serão votadas hoje. O texto de Pinheiro mantém até 2015 os coeficientes atuais. Em 2016 e 2017, seria garantido um piso correspondente aos valores recebidos em 2015, corrigidos pela variação do IPCA e 50% da variação real do PIB. O excedente seria distribuído de acordo com a população e a renda domiciliar per capita.

Ao manifestar preocupação com a necessidade de acordo, José Sarney (PMDB-AP) acabou apresentando nova proposta: adiamento da definição de uma fórmula para o excedente a partir de 2016.

— A política é a arte do possível — disse Sarney.

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que nenhum estado perde com o texto-base, elogiando a competência do relator e a condução do presidente do Senado, Renan Calheiros, na busca por consenso. Couto acredita que até 2015 o Congresso encontrará consenso. Wellington Dias (PT-PI) alertou para a necessidade de pelo menos “apontar o rumo” sobre como serão as regras depois de 2015.

Vários senadores conseguiram que os destaques fossem ressaltados para votação em separado, entre eles Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Paulo Paim



Inácio Arruda, Renan, Vital, Pinheiro, Dornelles e Jucá na sessão de ontem: proposta garante mesma distribuição atual

(PT-RS), Pedro Taques (PDT-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP), Ana Amélia (PP-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Segundo Moka, o consenso era difícil. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decretou a inconstitucionalidade dos critérios atuais por serem injustos.

## Perdas evitadas

Paim disse que emenda da bancada gaúcha, propondo outros limites para o excedente, beneficiaria 16 estados. Pelos cálculos dele, as perdas com arrecadação no Rio Grande do Sul chegariam a R\$ 600 milhões se fosse aprovada a proposta original.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiou emenda de José

Agripino (DEM-RN) que adota o PIB estadual como referência para distribuição do excedente. Ela já havia apresentado três sugestões que foram atendidas pelo relator, entre elas a que inclui o equivalente a 50% da variação real do PIB na distribuição futura dos recursos.

— A proposta de Pinheiro permite uma ampla e democrática discussão — disse.

Sérgio Souza (PMDB-PR) reconheceu que o consenso era difícil. Para ele, o ideal seria aprovar a emenda de Luiz Henrique (PMDB-SC), que define como critério, também, a extensão do estado. Ele destacou que Sul e Sudeste têm 56,5% da população, respondem por 72% do PIB e arrecadam 80% do Imposto de Renda e do IPI, mas recebem de volta somente 15% de toda a

participação do fundo. Com as novas regras, essa participação cairá para 14,2%.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou que o FPE não tem promovido o equilíbrio socioeconômico. Explicou que Acre, Amapá, Roraima e Tocantins recebem valores líquidos maiores do que estados com IDH semelhante.

João Capiberibe (PSB-AP) pediu que a proposta fosse alterada para não prejudicar Amazônia e Amapá. Ele afirmou que o substitutivo pode levar à redução da participação desses estados.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que se recusava a votar a favor de qualquer emenda que prejudique o Ceará e Ana Amélia afirmou que seria obrigada a apoiar a aprovação de uma emenda para que o Rio Grande do Sul não perca muito.

Relator elogia debate e alega que é impossível agradar a todos

Pinheiro salientou o “nível muito aprimorado e qualitativo” do debate sobre seu substitutivo. Disse que gostaria de apresentar uma proposta que pudesse agradar a todos, mas que isso não era possível. Para ele, o texto representa a equação do possível.

— Não podemos discutir a tese de ganhadores e perdedores. Fizemos a regra e aplicamos os dados da regra para construir a tabela — afirmou o relator.

De acordo com Pinheiro, é natural que alguns estados aumentem a fatia na distribuição do fundo, enquanto outros tenham perdas. A proposta, afirmou o senador, busca o encontro entre o que era distribuído e o que determinou o STF. A Corte entendeu que, com coeficientes fixos, o fundo não cumpria o objetivo previsto na Constituição, de promover o equilíbrio socioeconômico dos estados.

Pinheiro justificou que não mudou a forma de distribuição do FPE até 2015 porque os estados aprovaram os planos plurianuais e as leis orçamentárias com base na regra antiga. Esses planos têm vigência até 2015.

A proposta, explicou o relator, prevê que a partir de 2016 os estados mantenham a base do que vinham recebendo, acrescida de valores fundamentados nos índices de inflação, medida pelo IPCA, e por um percentual do crescimento do PIB.

## Como fica o rateio das verbas com aprovação da proposta principal

O substitutivo de Walter Pinheiro ao PLS 192/2011 e outros sete projetos, aprovado ontem, assegura a cada estado, até 2015, um coeficiente de distribuição do FPE igual ao atual. Para 2016 e 2017, estão previstos critérios complementares, derivados da população e do inverso da renda domiciliar per capita, que, no entanto, poderão ser alterados hoje com a votação de destaques. Pelo texto de Pinheiro, até 31 de dezembro de 2015 nada muda. Permanecem os percentuais de partilha estabelecidos pela Lei Complementar 62/1989.

Entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017, passa a valer uma regra que combina uma superindexação dos valores pagos a cada estado em 2015, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA) mais 50% da variação real do produto interno bruto (PIB) do ano anterior ao considerado como base de cálculo.

Também a partir de 1º de janeiro de 2016, o valor que eventualmente exceder ao apurado em relação ao ano anterior — decorrente, por exemplo, do crescimento da arrecadação do IR e do IPI, que compõem o FPE — seria rateado segundo uma nova regra, que combina 50% do fator representativo da população e 50% do fator representativo do inverso da renda per capita.

Emenda de José Agripino — apoiada pelos senadores na negociação de um acordo — prevê a substituição do critério da renda per capita pelo PIB per capita do estado. A justificativa é que a renda apurada pela Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílio (Pnad) tem imprecisões, enquanto o PIB seria uma referência mais consistente.

Mesmo com a aprovação de um texto final na sessão de hoje, os critérios para o FPE a partir de 2018 ficarão em aberto. Nesse prazo, espera-se que novos fatos políticos

e econômicos permitam uma discussão em bases mais cooperativas, com uma outra solução para o rateio dos recursos, que deverão ser influenciadas, por exemplo, por possíveis mudanças, atualmente em exame no Congresso, das alíquotas do ICMS, taxa de mercadorias compradas pela

internet e rateio dos recursos dos royalties do petróleo.

Hoje, os estados do Sul e do Sudeste recebem 15% do FPE, enquanto os do Centro-Oeste, Norte e Nordeste ficam com 85%. A Bahia lidera o ranking e recebeu em 2012 R\$ 4,6 bilhões (9,39%). O Distrito Federal, em último lugar, recebeu R\$ 342 milhões (0,69%).

A distribuição atual é regulada por uma tabela fixa baseada na população e na renda per capita. Foi o uso da tabela, de 1989, que provocou a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo em fevereiro de 2010. Foi estabelecido o prazo de 31 de dezembro de 2012 para o Congresso elaborar uma nova norma legal. Sem acordo, a matéria acabou não sendo votada e, em janeiro, o STF prorrogou o prazo até junho.

### Novas regras

Veja como ficará a distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) a partir deste ano

2013	Nos anos de 2013, 2014 e 2015, a distribuição do FPE seguirá os mesmos critérios atualmente em vigor. Cada entidade recebe um <b>percentual fixo</b> do total		
2014			
2015			
2016*	Cada entidade receberá o mesmo valor que for recebido em 2015	X	50% da variação real do PIB de 2015
2017*			50% da variação real do PIB de 2016
após 2017	Novos critérios serão estabelecidos pelo Congresso Nacional		

\* O montante que exceder os valores calculados segundo os critérios acima será distribuído de acordo com fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita. Esses fatores terão limites superiores e inferiores.

# Moreira quer aeroportos operando 24 horas por dia também com cargas

Ministro relata problemas da aviação civil na reunião em que subcomissão temporária do Senado apresentou o relatório final

TODAS AS ÁREAS do governo envolvidas com as operações aeroportuárias vão se reunir hoje para planejar que os aeroportos operem 24 horas por dia na movimentação de cargas. Foi o que disse ontem no Senado o ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco. Ele falou aos integrantes da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil. A mesma reunião aprovou o relatório final do colegiado.

— É fundamental que a operação aeroportuária atenda ao cliente. E ele não é só o passageiro, mas também quem usa o modal para suas atividades econômicas — disse Moreira.

A subcomissão funcionou no âmbito da Comissão de Infraestrutura (CI), presidida por Fernando Collor (PTB-AL). Ele disse que o colegiado continuará disposto a debater os problemas do setor, em busca do bom atendimento,

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da subcomissão, disse que o custo do transporte



Fernando Collor, Moreira Franco, Vital do Rêgo e Flexa Ribeiro com o relatório sobre aviação civil, aprovado ontem

Genildo Magela/Agência Senado

aéreo precisa ser acessível para o cidadão. Ivo Cassol (PP-RO) reclamou dos preços dos combustíveis cobrados pelos fornecedores que atendem as companhias de aviação — até R\$ 5 por litro de combustível para as aeronaves.

## Mais de oito horas

Segundo Moreira, os aeroportos não podem ficar restritos por uma legislação que limita em oito horas a jornada diária. A seu ver, não se pode excluir o pagamento

de horas extras para garantir o funcionamento. Ele manifestou preocupação com a saúde econômico-financeira das empresas de aviação civil, alertando que elas perdem consistência ao longo do tempo. Informou que já encomendou estudos detalhados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O objetivo, disse Moreira, é definir uma política consistente para o país ter companhias robustas.

Na opinião do ministro, há muito “achismo” e pouca consistência técnica nos debates sobre aviação civil. Por isso, ressaltou a importância dos estudos e disse ser preciso definir “uma política que tenha começo, meio e fim”, coerente com os investimentos na infraestrutura portuária.

— Adianta muito pouco nós oferecemos aeroportos com qualidade se não tivermos companhias robustas, capazes de prestar um serviço com segurança, qualidade e preço.

## Vital sugere comissão para reformar código aeronáutico

Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da subcomissão, propõe a formação de uma comissão de especialistas para estudar a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Essa é uma das recomendações do relatório final do colegiado, aprovado logo após o debate com Moreira.

O CBA é a legislação básica do setor aéreo desde 1986. De acordo com Vital, o novo texto precisa ser atualizado para refletir as grandes transformações da aviação civil nos últimos 26 anos. Ele lembrou que o setor saiu de um sistema de gestão centralizado no Departamento de Aviação Civil para outro em que apenas o controle do tráfego aéreo e a investigação de acidentes permanecem sob responsabilidade militar.

O senador observou que, embora a Infraero esteja administrando 66 aeroportos federais, 4 grandes equipamentos aeroportuários já foram concedidos à iniciativa privada. Ele disse que todas

as mudanças nos campos institucional e organizacional foram acompanhadas de expressivo crescimento da demanda, com a classe média frequentando os aeroportos, fazendo crescer o número de passageiros ao redor de 12% ao ano desde 2003.

— Forjou-se, assim, um cenário extremamente complexo e desafiador, e tanto mais complexo e desafiador na medida em que estamos na iminência de receber no país eventos mundiais de enorme magnitude — afirmou Vital.

O CBA define desde

competências de órgãos do setor até normas sobre uso do espaço aéreo e tráfego aéreo. Também estabelece regras para organização de aeroportos e registro de aeronaves, além de responsabilidades dos operadores e proprietários, entre outras questões.

A comissão de especialistas deve ficar encarregada de apresentar um anteprojeto para exame de uma comissão de senadores, seguindo o mesmo processo já adotado em relação à reforma do Código Penal e do Código de Defesa do Consumidor.



Aeroporto de Brasília: relator quer código que reflita 26 anos de mudanças

Genildo Magela/Agência Senado

## Tráfego aéreo incorporou mais de 40 milhões de pessoas, afirma ministro

Para Moreira, a atualização do CBA é uma contribuição importante para modernizar o setor aéreo. Ele observou que o mercado incorporou mais de 40 milhões de pessoas e disse que o governo está empenhado na construção e melhoria de 270 aeroportos. Para que seja possível integrar cidades médias e regiões afastadas, informou, deverá ser adotado um mecanismo de subsídios.

Dizendo que em alguns pontos a legislação ficou inócua, o ministro citou a limitação à participação do capital estrangeiro em menos de 50% do capital das companhias aéreas.

Nos últimos dias, a imprensa repercutiu os balanços contábeis das companhias aéreas. As duas maiores empresas do setor no Brasil, TAM e Gol, apresentaram, em conjunto, um prejuízo de R\$ 2,7 bilhões em 2012. Houve um crescimento de 148,6% nas perdas em relação aos resultados de 2011.

## Qualidade de serviços aéreos será tema de audiência pública

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) aprovou ontem requerimento de Jorge Viana (PT-AC) para realização de audiência pública sobre a qualidade dos serviços aéreos.

A intenção é verificar se os direitos dos consumidores estão sendo preservados quanto à suspensão de voos, preços das passagens e cobrança de multas por remarcação. Viana sugeriu convidar para o debate

o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany, e representantes da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e de entidade de defesa dos

usuários de transporte aéreo.

O presidente da CMA, Blairo Maggi (PR-MT), agendou para o dia 16 sabatina de recondução de Paulo Lopes Varella Neto à diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA).

## Casildo comemora fábrica da BMW em Santa Catarina

A assinatura de contrato para instalação, em Florianópolis, da primeira fábrica da montadora alemã BMW na América Latina foi comemorada por Casildo Maldaner (PMDB-SC). Segundo o senador, a instalação da fábrica vai produzir efeitos positivos em Santa Catarina, no Brasil e na América Latina.

Casildo informou que as obras já estão em andamento e os primeiros carros sairão da fábrica em 2015. Como reflexo imediato, afirmou, haverá a geração de 1.400 empregos diretos e 5 mil indiretos, a partir de um investimento inicial de R\$ 500 milhões, que pode chegar a R\$ 1 bilhão.

A repercussão da instalação da fábrica é muito mais profunda, observou Casildo, visto que a abertura da montadora prevê transferência de tecnologia e demandará do mercado a formação de profissionais com grande especialização.

A fábrica, ressaltou o senador, favorecerá a formação de uma extensa cadeia de fornecedores, que deverá estar enquadrada nos padrões internacionais seguidos pela BMW, sem falar no incremento da arrecadação e nos benefícios que ele vai gerar. Casildo associou a conquista da fábrica à vocação industrial do norte de Santa Catarina, que concentra um dos mais importantes polos industriais do estado.

O parlamentar citou o esforço do governador do estado, Raimundo Colombo, que envolveu uma união suprapartidária, com apoio das forças políticas e empresariais locais.

— Com melhoria na logística e redução da carga tributária, aliada à qualificação profissional dos jovens, estarão firmados os alicerces para que o exemplo catarinense se replique por todo país e dê frutos — disse.



Casildo destaca qualificação da mão de obra e da logística local

Waldemir Barreto/Agência Senado

Governo publicou ontem decreto que isenta do PIS e da Cofins aparelhos telefônicos com conexão sem fio à internet e sistema operacional, os smartphones, e espera expandir o uso rapidamente

## Ministro prevê queda de 30% no preço de celulares

O PREÇO DOS smartphones deve sofrer redução de até 30% com a decisão do governo de deixar de cobrar o PIS e a Cofins desses aparelhos. Ao comentar a medida, durante audiência pública no Senado ontem, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que a redução acontecerá rapidamente, pois a desoneração será feita “na ponta”, na fase de venda ao consumidor. Serão beneficiados apenas os smartphones no valor de até R\$ 1.500.

O decreto presidencial com a desoneração foi publicado no *Diário Oficial da União* de ontem. Paulo Bernardo observou que ainda falta uma portaria, com mais detalhes sobre a medida, que pode ser

publicada nesta semana.

— A desoneração vai significar preços mais baratos para o consumidor — reiterou ele.

A renúncia fiscal do governo com a iniciativa é estimada em cerca de R\$ 500 milhões por ano.

### Oferta de wi-fi

Segundo o Ministério das Comunicações, entre as características exigidas para que os aparelhos sejam beneficiados pela desoneração, estão a oferta de “wi-fi, aplicativo de navegação e de correio eletrônico, sistema operacional que disponibilize kit de desenvolvimento por terceiros, tela igual ou superior a 18 cm<sup>2</sup>, teclado QWERTY e

aplicativos desenvolvidos no país, inclusive por terceiros”. As especificações constarão do ato que o ministério vai publicar nos próximos dias.

Durante a audiência no Senado — promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir o leilão da banda larga de quarta geração (*veja matéria abaixo*) —, Paulo Bernardo afirmou que há no país cerca de 263 milhões de celulares. De acordo com o Ministério das Comunicações, as vendas de smartphones aumentaram 700% entre 2009 e 2012. O ministério estima que, até o próximo ano, esses aparelhos chegarão à metade das vendas de celulares no país.



Paulo Bernardo, ao lado de Zeze Perrella e João Rezende, da Anatel: medida vale para aparelhos de até R\$ 1.500

## Leilão para 4G exigirá componentes nacionais

Apesar dos protestos do governo norte-americano, o próximo leilão para a tecnologia 4G (banda larga de quarta geração) na faixa dos 700 MHz manterá a exigência de um percentual mínimo de componentes e tecnologia nacionais. Foi o que garantiu o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Em relatório divulgado na semana passada, o governo dos Estados Unidos aponta como uma das preocupações comerciais as práticas

“discriminatórias” a serem adotadas pelo governo brasileiro no futuro leilão — o relatório destaca o interesse das empresas norte-americanas na faixa dos 700 MHz e a expectativa de que os valores envolvidos sejam muito maiores que os dos leilões anteriores.

— Evidentemente, não vamos defender a indústria americana — disse Paulo Bernardo.

O ministro reiterou que a exigência de percentuais mínimos de conteúdo nacional tem o objetivo de estimular a

economia brasileira e gerar empregos, no âmbito de uma política industrial.

Ele informou que, depois dos últimos leilões que também exigiram conteúdo nacional, três grandes fábricas vieram para o Brasil.

Segundo o ministro, o leilão 4G de 700 MHz poderá exigir que 50% dos equipamentos sejam fabricados no Brasil e até 20% das tecnologias sejam desenvolvidas no país. Ele prevê que a licitação ocorra no começo de 2014.

## Rollemberg comenta suspeitas sobre Abin

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) cobrou esclarecimentos do governo sobre o suposto monitoramento do movimento sindical no Porto de Suape, em Pernambuco, pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

O monitoramento foi noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e, de acordo com reportagens, incluiu portuários e sindicatos contrários à Medida

Provisória 595, conhecida como MP dos Portos.

O senador lembrou que o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), general José Elito Carvalho, disse que a informação do jornal é mentirosa.

— Quero manifestar a minha convicção de que o governo presidido pela presidente Dilma, que lutou pela construção

da democracia no país, jamais admitiria algo como relata essa matéria. Esperamos que toda a ação do GSI e da Abin esteja nos estritos limites da legislação. É da maior importância o esclarecimento completo dessas informações.

Rollemberg afirmou que seria inadmissível que o governo utilizasse instrumentos de Estado para atividades ilegais.



Cavalcante (Caixa), deputado Lucio Lima, Odilon (BC) e Aronovich (BNDES)

## Infraestrutura vive novo momento, afirma debatedor

Durante audiência pública da comissão mista destinada a emitir parecer sobre a MP 600/2012, realizada ontem, o representante da Caixa Econômica Federal afirmou que o Brasil vive um momento de grande potencial de investimento em infraestrutura. Diretor-executivo de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica, Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante explicou que a infraestrutura tem recebido atenção especial e que já corresponde a 7% do total da carteira de crédito do banco.

A Medida Provisória 600/2012 estabelece uma série de regras para aumentar os investimentos públicos em infraestrutura e a oferta de crédito pelas instituições financeiras oficiais. Um dos instrumentos é o aumento, para R\$ 10 bilhões, dos recursos a serem investidos pela Caixa no financiamento de projetos de infraestrutura. Além disso, a MP concede novo crédito à Caixa, no valor de R\$ 7 bilhões para atender a demanda por empréstimos e financiamentos.

Para Osvaldo Cavalcante, além de conceder recursos para suportar o crescimento da carteira de crédito em algumas linhas específicas

como a da infraestrutura, a medida tem o objetivo de fazer com que a Caixa constitua capital necessário para enquadramento nas exigências do acordo internacional de Basileia, que trata da normatização dos procedimentos bancários.

Ele explicou que esse é um novo momento para a infraestrutura, não só pelas necessidades que o país tem, mas também pela oportunidade

que os projetos trazem devido ao seu baixo risco e à alta rentabilidade.

Osvaldo Cavalcante assinalou que a atuação da Caixa não depende exclusiva-

mente dos recursos aportados na medida provisória e que, para os próximos anos, estão previstos cerca de R\$ 470 bilhões em projetos ligados a infraestrutura nos setores de logística, energia, petróleo e gás.

O chefe do departamento de Normas do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil (BC), Sérgio Odilon dos Anjos, acrescentou que o fortalecimento do capital da Caixa Econômica, mediante crédito concedido pela União, não acarreta necessidade de atuação do BC ou do Conselho Monetário Nacional.

**Caixa estima para os próximos anos cerca de R\$ 470 bilhões em projetos de infraestrutura**

## Programa emergencial tem prazo prorrogado

A Medida Provisória 600/2012 também trata da prorrogação do Programa Emergencial de Reconstrução (PER), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltado a empresas, cooperativas e produtores rurais em municípios atingidos por desastres naturais, para abranger operações contratadas até 31 de dezembro de 2013. Originalmente o encerramento do prazo seria no dia 31 de dezembro de 2012.

Os municípios beneficiados devem ter situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Executivo. O superintendente da área financeira do BNDES, Selmo Aronovich, explicou que o atingido poderá escolher a instituição financeira mais conveniente para ele.

— Através do PER, o BNDES permite que os recursos sejam acessados por qualquer agente financeiro que seja credenciado — disse.

## Rejeitado pedido de informações sobre Sistema S

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) rejeitou dois requerimentos de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) que solicitavam ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações financeiras sobre entidades sindicais ligadas ao Sistema S.

Segundo o presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), a legalidade foi questionada pelo TCU e pela Consultoria Legislativa da Casa. Argumentos contrários também foram apresentados por Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Kátia Abreu (PSD-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Armando apontou a “impertinência da matéria”:

— Muitas informações são jogadas ao ar de maneira desconectada, em vez de induzir à boa compreensão do tema, que não se ajusta à competência da comissão. Essas entidades sindicais, CNI, CNA, Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional do Transporte (CNT) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), não são entes jurisdicionados do TCU.

Kátia Abreu acusou os requerimentos de ferir a autonomia sindical.

— A competência para pedir a prestação de contas desses recursos é somente da própria categoria. A Constituição veda ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical. As contribuições dirigidas ao sistema sindical, ainda que tributos, não constituem assunto de interesse do Estado ou objeto de fiscalização do Poder Legislativo.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que foi vice-presidente da CNI, assegurou que os dirigentes das entidades não recebem remuneração pela atividade.

Ao sair em defesa dos requerimentos, Ataídes se ateve ao argumento de que a Constituição obriga qualquer cidadão ou entidade que recebe ou administra recursos públicos a prestar contas:

— Esse dinheiro que vai para as confederações é tributo e, em se tratando de tributo, esta comissão tem atribuição de buscar informação.



Ataídes tem discursado sobre o assunto e pedia dados ao TCU



Presidente da CAE, Lindbergh Farias (D) informa sobre a apresentação do relatório da reforma do ICMS terça-feira

## Relator negocia acordo para unificação do ICMS

Rodada de negociações com a União e os estados antecede relatório sobre unificação gradual das alíquotas interestaduais do imposto. Estados mais pobres querem manter alíquotas diferenciadas

A REFORMA DO Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deverá dar mais um passo terça-feira, quando será lido na Comissão de Assuntos Econômicos o relatório de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto de resolução que unifica gradualmente as alíquotas interestaduais até 2025.

Na reunião de ontem, o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), informou que Delcídio está realizando uma rodada de negociações com o Ministério da Fazenda e com secretários estaduais de

Fazenda em busca de acordo.

Projeto de resolução enviado pelo Executivo (PRS 1/2013) reduz para 4% as atuais alíquotas interestaduais de 7% dos estados avançados (Sul e Sudeste) e de 12% das demais unidades da Federação. Sul e Sudeste chegariam primeiro aos 4%, a partir de 2016. Nas demais regiões, os 4% seriam aplicados a partir de 2025.

O objetivo do governo é criar “uma saída ordenada” para a guerra fiscal, que estaria prejudicando a economia. Para evitar prejuízos com a redução das alíquotas,

os estados deverão contar com dois fundos — um de Compensação de Receitas (FCR) e um de Desenvolvimento Regional (FDR), conforme a Medida Provisória 599/2012.

Em debates no Senado, a proposta enfrentou críticas dos representantes do Sul e Sudeste, que preferem uma unificação imediata em 4%, e também dos representantes das demais regiões, que aceitam no máximo uma convergência para 7% e 4% no longo prazo — no caso, a alíquota maior para os estados mais pobres.

## Análise de isenção do PIS-Pasep será acelerada

Os presidentes das Comissões de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (PT-RJ), e de Constituição, Justiça e Cidadania, Vital do Rêgo (PMDB-PB), decidiram ontem acelerar a tramitação de proposta que zera a alíquota dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) das receitas arrecadadas e das transferências recebidas por estados e municípios.

De autoria de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a proposta atende sugestões dos governadores.

Presente à reunião de ontem, Vital do Rêgo disse que



Aloysio Nunes é o autor do projeto de isenção a estados e municípios

a ideia é designar um relator comum para o projeto de lei (PLS 86/2013), nas duas comissões, e fazer a instrução conjunta.

Também poderá ter discussão conjunta nas comissões a criação de um regime especial

de incentivo tributário específico para o transporte coletivo urbano e metropolitano de passageiros.

Condicionado à implantação do bilhete único ou rede integrada de transportes, o benefício é previsto em projeto de lei (PLC 310/2009) aprovado pela Câmara dos Deputados. O primeiro passo para isso é a realização de audiência pública, em data a ser definida, com a participação de senadores dos dois colegiados. A aprovação do projeto foi uma das reivindicações que prefeitos de capitais fizeram em reunião com os presidentes do Senado e da Câmara.

## Comércio com Uruguai em moeda local

O sistema de pagamentos em moeda local, que facilita o comércio de pequenos e médios empresários da Argentina e do Brasil, pode incluir o Uruguai.

Projeto de lei do Executivo que autoriza o Banco Central brasileiro a abrir limite de crédito de US\$ 40 milhões ao Banco Central uruguaio foi



Humberto Costa apoiou ampliação de sistema já válido para Argentina

aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O texto (PLC 117/2012), relatado por Humberto Costa (PT-PE), já havia passado pela Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e segue para o Plenário.

O sistema provocou o aumento de transações em real e em peso argentino, reduzindo custos operacionais para as empresas.

O limite de crédito concedido ao Banco Central argentino é de US\$ 120 milhões. Cerca de 800 operações são realizadas mensalmente nessa modalidade, movimentando cerca de R\$ 200 milhões.

## Projeto prevê que diretor da Receita seja da carreira

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem proposta de Francisco Dornelles (PP-RJ) determinando que a escolha do secretário da Receita Federal seja feita pelo presidente da República entre os integrantes da carreira de auditoria da instituição.

O projeto (PLS 133/2007) já seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça, onde terá decisão terminativa.

O senador justifica a proposta pela necessidade de eliminação da potencial influência política na escolha do titular da Receita, função que, para ele, deve ter “condução técnica”.



Dornelles quer evitar influência política na escolha de secretário

## Avança texto que simplifica criação de empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o processo simplificado para constituição e funcionamento de sociedades anônimas de capital fechado. De acordo com o projeto de lei (PLS 348/2012), de autoria de Ana Amélia (PP-RS), essas sociedades poderão ser dispensadas de uma série de formalidades exigidas na Lei das S.As. (Lei 6.404/1976).

As atas das assembleias gerais e dos conselhos de administração, por exemplo, não precisarão ser publicadas em jornais de grande circulação, mas apenas nos sites das próprias sociedades anônimas. Além disso, as empresas poderão ser constituídas por um único acionista, mas o patrimônio delas não deverá exceder R\$ 100 milhões.

De acordo com Ana Amélia, o projeto de lei objetiva introduzir na legislação o desenho jurídico das “sociedades anônimas simplificadas”, com base em experiências adotadas com êxito na França e na Colômbia.

O relator, José Agripino (DEM-RN), apoiou a proposta, que será examinada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O senador argumentou que o estímulo ao empreendedorismo contribui para a dinamização da economia, com a geração de emprego e de renda.

Em audiência com o ministro dos Esportes, senadores mostraram preocupação com denúncias de irregularidades nas obras e com o alto custo da construção dos estádios

# Gastos públicos com a Copa são questionados

A DOIS MESES do início da Copa das Confederações, a audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) para que o ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, apresentasse a lista de prioridades da pasta transformou-se numa prestação de contas. Alguns senadores mostraram preocupação com as despesas da organização da Copa do Mundo de 2014, com denúncias de irregularidades nas obras e com o alto custo da construção dos estádios.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o povo brasileiro está “pagando uma conta salgada” e deveria ter sido informado do verdadeiro valor da realização dos eventos esportivos.

— Falou-se que seria a copa



Ao lado de Cyro (D), Aldo rebate críticas afirmando que dinheiro público está em obras para melhorar vida da população

da iniciativa privada. Mas o balanço até agora mostra que o preço total das reformas e construções chega a R\$ 7 bilhões, sendo 97,3% oriundos dos cofres públicos, seja por investimento direto ou por

financiamento. O BNDES é responsável por financiar R\$ 3,6 bilhões; estados e municípios-sede arcam com R\$ 3,2 bi. A iniciativa privada aporta apenas R\$ 192 milhões — afirmou. O senador também fez

críticas à “submissão do governo brasileiro à Fifa”.

— Tudo foi facilitado. O Brasil fica com um déficit, e a Fifa leva um lucro fantástico. O custo da Copa virou uma caixa-preta. Já Zezé Perrella (PDT-MG)

disse que, com a experiência de quem já presidiu o time de futebol Cruzeiro, deveria ser o primeiro a defender a realização da Copa no Brasil, mas o “legado negativo” do evento o deixa preocupado.

— Com exceção dos estádios do Sudeste e do Sul, nenhuma destas novas arenas se paga, será viável após a Copa. Inclusive a de Brasília — disse.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que arenas feitas pela iniciativa privada não são problema, pois os empresários devem buscar o lucro, mas o Estádio Nacional de Brasília foi feito com dinheiro público.

— Li que na África do Sul estão derrubando estádios por conta do custo de manutenção dessas estruturas — destacou.

## Aldo Rebelo: evento é “prioritariamente privado”

Apesar dos argumentos dos senadores, Aldo Rebelo afirmou que a Copa do Mundo é um evento “prioritariamente privado”. O ministro destacou que o dinheiro público no caso dos estádios aparece sob forma de empréstimos, com todas as garantias.

— O dinheiro público está principalmente em investimentos em obras de mobilidade urbana, para os aeroportos, para ajudar a melhorar as

condições de vida e mobilidade de todo o país. São obras que não estão nos encargos da Fifa e seriam realizadas independentemente da Copa. O Brasil está se preparando para crescer — explicou.

Quando às imposições da Fifa, o ministro disse que elas foram iguais para todos os países que se candidataram a abrigar a Copa. Ele lembrou que a entidade reúne hoje 207 países.

— Quando a Fifa apresenta seu caderno de encargos, está pensando logicamente no interesse privado e nos compromissos com patrocinadores. O governo não tem interesse nos negócios privados da Copa, mas em questões públicas. Não se trata propriamente de uma imposição, pois o Brasil concorreu para sediar a competição. No caso da Olimpíada, os encargos são até mais rigorosos — afirmou.

## Ministro destaca a geração de empregos

Segundo o ministro do Esporte, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são duas grandes oportunidades para o Brasil crescer. Estudos projetam que juntas as competições podem gerar 3,6 milhões de empregos, “mais do que um Uruguai”, comparou.

Sobre a viabilidade econômica dos estádios depois da

competição, Aldo Rebelo citou a Arena Pernambuco, em São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana de Recife.

— O estádio fica numa área onde há conjunto habitacional, universidade, centro de compras, centro de convenções, bares, restaurantes e cinemas. O contrato de *name rights* [uso de nome] já foi comercializado

por valor elevado. No Norte, Manaus já tinha o Vivaldão. É uma metrópole no coração da selva e vai encontrar caminhos para sustentar seu estádio — opinou.

Questionado por Cyro Miranda (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS) sobre as aulas durante a Copa, o ministro disse que suspendê-las ou não será uma decisão dos governos locais.

## Lídice comemora entrega da Fonte Nova



Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a inauguração, domingo, em Salvador, da Arena Fonte Nova, que sediará jogos da Copa do Mundo.

Ela relatou que, no evento, a presidente Dilma Rousseff anunciou a liberação de R\$ 1 bilhão para projetos de mobilidade urbana de Salvador, como o metrô.

Lídice informou que a bancada da Bahia se reuniu na segunda-feira com o governador do estado, Jacques Wagner, para discutir ações de combate à seca. A senadora disse que a estiagem prejudicou a produção agrícola do estado.

Para ela, as novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE) serão fundamentais para ajudar os estados nordestinos a planejar a recuperação.

## Couto quer investigação no futebol do Pará

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que vai procurar o Ministério Público para denunciar o suposto esquema de corrupção na Federação Paraense de Futebol. Segundo o senador, a federação obriga os clubes a comprar passagens aéreas da empresa Rocha Romana, que pertence ao diretor técnico da instituição, Paulo Romano.

A confissão, segundo o senador, estaria em uma entrevista concedida ao blog *Tudão e Tudinho*. Segundo Romano, os clubes compram da empresa dele porque as outras agências não querem dar crédito a eles.

Couto chamou Romano de “ladrão” e disse que a palavra “corrupto” está banalizada no país. Para o senador, é preciso combater a corrupção, que chegou até o esporte.



## Obras de três estádios serão concluídas neste mês

Em audiência ontem no Senado, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, disse que três estádios da Copa do Mundo de 2014 já foram entregues (Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte) e que outros três ficarão prontos neste mês (Recife, Brasília e Rio de Janeiro).

Ficarão faltando seis estádios, que serão concluídos até dezembro, prometeu Aldo.

Segundo Rebelo, as obras para a Copa são as que mais têm fiscalização. Ele disse que no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro, por exemplo, há representantes de 13 órgãos de controle federais, estaduais e municipais acompanhando de questões ambientais a possíveis problemas com preservação do patrimônio público.

### Em que pé estão os novos gramados

#### JÁ ESTÃO PRONTOS

- ▶ **Mineirão** (Belo Horizonte)
  - capacidade: 62.547
  - custo: R\$ 605 milhões (42,4% do governo estadual e 57,6% via BNDES)
- ▶ **Fonte Nova** (Salvador)
  - capacidade: 56.500
  - custo: R\$ 591 milhões (45,3% do governo estadual e 54,7% via BNDES)
- ▶ **Castelão** (Fortaleza)
  - capacidade: 64.846
  - custo: R\$ 518 milhões (32,2% do governo estadual e 67,8% via BNDES)

#### A SEREM ENTREGUES EM ABRIL

- ▶ **Estádio Nacional** (Brasília)
  - capacidade: 70.064
  - custo: R\$ 1 bilhão (100% do governo do Distrito Federal)
- ▶ **Maracanã** (Rio de Janeiro)
  - capacidade: 76.804
  - custo: R\$ 882,9 milhões (54,5% do governo estadual e 45,5% via BNDES)
- ▶ **Arena Pernambuco** (São Lourenço da Mata)
  - capacidade: 44.248
  - custo: R\$ 500,2 milhões (20% do governo estadual e 80% via BNDES)

#### A SEREM ENTREGUES ATÉ O FIM DE 2013

- ▶ **Arena Pantanal** (Cuiabá)
  - capacidade: 42.968
  - custo: R\$ 518,9 milhões (45,1% do governo estadual e 54,9% via BNDES)
- ▶ **Arena da Baixada** (Curitiba)
  - capacidade: 41.456
  - custo: R\$ 234 milhões (38% do Atlético-PR, 6% da prefeitura e 56% via BNDES)
- ▶ **Arena da Amazônia** (Manaus)
  - capacidade: 42.377
  - custo: R\$ 583,4 milhões (31,4% do governo estadual e 68,6% via BNDES)
- ▶ **Arena das Dunas** (Natal)
  - capacidade: 42.086
  - custo: R\$ 417 milhões (4,9% do governo estadual e 95,1% via BNDES)
- ▶ **Beira-Rio** (Porto Alegre)
  - capacidade: 48.849
  - custo: R\$ 330 milhões (16,1% do Internacional e 83,9% via BNDES)
- ▶ **Arena Corinthians** (São Paulo)
  - capacidade: 65.807, sendo 19.500 lugares temporários
  - custo: R\$ 820 milhões (51,2% do Corinthians e 48,8% via BNDES)

Fonte: Ministério do Esporte

# OAB indica nomes para Conselhos da Justiça e do Ministério Público

Escolhidos passarão por sabatina no Senado. Presidente da Ordem dos Advogados pediu a aprovação de projetos que valorizam a atividade

A ORDEM DOS Advogados do Brasil (OAB) apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, os representantes da categoria que serão indicados para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Para o CNJ, serão indicados Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira e Gisela Gondin Ramos. Para o CNMP, os advogados Walter de Agra Júnior e Esdras Dantas de Souza. Os nomes foram escolhidos segunda-feira durante reunião do Conselho Federal da OAB.

Os representantes da advocacia nos órgãos de controle externo da Justiça e do MP cumprirão mandato de dois anos. Para serem nomeados pela presidente Dilma Rousseff, os advogados indicados pela OAB serão ainda sabatinados pelo Senado e deverão ter o nome aprovado pelo Plenário.

## Projetos

O presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado, defendeu a aprovação de dois projetos de lei complementar, em tramitação no Senado, que a instituição julga fundamentais



Renan recebe do presidente da OAB a lista de escolhidos para representar a advocacia nos órgãos de controle da Justiça

para o exercício da advocacia: o PLS 467/2008, que altera a Lei Complementar 123/2006 para incluir os serviços de escritórios de advocacia no Simples Nacional; e o PLC 83/2008, que criminaliza os atos de violação às prerrogativas dos advogados.

A primeira proposta já foi aprovada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE). Atualmente encontra-se na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

A segunda aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Solicitamos que o Senado aprecie esses projetos com carinho, em favor da cidadania, porque entendemos que as prerrogativas não pertencem aos advogados, mas ao cidadão que o advogado defende, e precisamos de cidadãos fortes em nosso país, o que significa uma advocacia valorizada — disse o presidente da OAB.

## RENAN E ALVES DISCUTEM ELEIÇÕES 2014 COM MINISTRA

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, receberá hoje os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, para um café da manhã. Um dos temas do encontro, que começa às 10h, é a regulamentação das eleições de 2014. Também devem participar da reunião presidentes de diversos partidos políticos.

## Costa defende controle para contratos de adesão

João Costa (PPL-TO) defendeu em Plenário o controle de constitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), dos contratos privados de caráter geral. Atualmente, uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ou uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC) impetradas no STF só podem questionar leis de direito público, e não as contratuais, que envolvem as partes numa relação direta de direito privado.

Ele apresentou um projeto (PLS 114/2013) para isso. A preocupação do senador é com os contratos de massa, por adesão, que envolvem milhões de brasileiros. Como exemplo, citou os contratos de seguros privados, bancários, consórcios, cartões de crédito, financiamento habitacional, empréstimo consignado, energia e telecomunicações.



Para Costa, contratos de adesão têm efeito difuso das leis estatais

## Presidente do STF debaterá no Senado reforma do Código Penal

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, foi convidado a debater a reforma do Código Penal no Senado. O anúncio foi feito ontem durante reunião da Comissão de Reforma do Código Penal pelo relator, Pedro Taques (PDT-MT). A visita de Barbosa será numa audiência pública conjunta do colegiado com a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No início da reunião, Pedro Taques disse que Joaquim Barbosa aceitou o convite para participar de um encontro da comissão.

O parlamentar sugeriu que a audiência fosse feita em conjunto com a subcomissão, o que foi aprovado.

O presidente da comissão, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), manifestou satisfação em receber o

presidente do STF, lembrando que Barbosa deverá ser indagado pelos parlamentares sobre outros temas além do Código Penal.

Na reunião foram também aprovados vários requerimentos que determinam realização de audiências públicas com dezenas de convidados, entre eles o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Felix Fischer, além do próprio Joaquim Barbosa. A comissão também aprovou a realização de audiências públicas no Ceará, em Mato Grosso, no Espírito Santo e em Sergipe.



Ministro Joaquim Barbosa aceitou convite para discutir mudanças na lei penal

## Barbosa “errou feio” ao criticar criação de tribunais, afirma Viana

Em discurso, o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), rebateu declarações feitas pelo presidente do STF, Joaquim Barbosa, em encontro com dirigentes de entidades da magistratura. Barbosa afirmou que a aprovação da criação de novos tribunais

regionais federais (TRFs) foi feita de “maneira sorrateira”.

— Ele errou e errou feio. Eu não fiz encaminhamento sorrateiro — disse Viana.

Barbosa se referia à PEC 544/2002, aprovada na semana passada na Câmara, que cria TRFs no Amazonas, na Bahia, em Minas Gerais

e no Paraná. A PEC aguarda promulgação pelo Congresso.

Relator no Senado da proposta que prevê um tribunal em Manaus para os estados de Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (PEC 86/2011), Jorge Viana questionou a afirmação do presidente do STF de que “os tribunais

serão criados em resorts”.

Viana informou que, em 2002, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou nota técnica favorável à criação de novos TRFs, com o objetivo de desafogar o acúmulo de processos nos tribunais já existentes e facilitar o acesso da população à Justiça.



# Proposta que regulamenta emenda das domésticas sai neste mês, diz Jucá

Relator de comissão se reuniu com representantes do governo para tratar de questões que ficaram pendentes após aprovação de novas regras

ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) afirmou que ainda neste mês o Congresso dará respostas às dúvidas previdenciárias e trabalhistas que surgiram após a aprovação da emenda constitucional das empregadas domésticas (EC 72/2013).

Jucá reuniu-se ontem com representantes dos Ministérios da Fazenda e do Trabalho, da Caixa e da Receita Federal para acelerar a regulamentação da emenda.

— Ainda neste mês temos que ter uma visão de como proceder nessa questão trabalhista e previdenciária para tranquilizar tanto os empregadores quanto os empregados. A emenda é fundamental. Ela dá igualdade a todos [os trabalhadores], mas não pode levar à demissão nem à precarização do trabalho — explicou.

Amanhã, haverá uma reunião sobre o tema na Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição, instalada no mês passado pelo Congresso. Jucá é o relator.

## Supersimples

A criação do Supersimples Doméstico, um regime de unificação dos encargos ligados ao emprego doméstico, foi um dos temas tratados na discussão com os técnicos do governo. Jucá disse que a Caixa, a Receita Federal, o Banco do Brasil e a Secretaria



Senador Romero Jucá debate com técnicos da Caixa Econômica Federal, da Receita Federal e do Ministério da Fazenda

do Tesouro Nacional concordaram em criar a guia única para facilitar o pagamento da categoria.

— Dos problemas que há, unificar as cobranças é o mais simples. Há uma concordância na área do governo de que deve haver o Supersimples, uma cobrança única, um boleto único — afirmou.

O Supersimples deverá servir para recolher as contribuições do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro obrigatório contra acidentes de trabalho. O seguro, que terá de ser regulamentado, deverá corresponder a 1% do salário pago.

Para o senador, o maior desafio são as questões trabalhistas. Representantes do

Ministério do Trabalho devem apresentar em dez dias soluções para as dúvidas quanto a direitos como o adicional noturno e o sobreaviso.

Ele citou atividades como cuidadores de crianças e de idosos, que demandam uma jornada superior a oito horas normais e mais duas extras.

Outra questão é o recolhimento da multa de 40% do FGTS. Jucá entende que, em tese, ela deve ser igual para todos os trabalhadores, mas não está descartada a possibilidade de redução dessa multa, já que o direito constitucional ainda precisa ser regulamentado.

— O trabalhador doméstico é diferente do trabalhador de uma empresa, que faz provisão contábil, econômica, financeira, que tem departamento de pessoal, que tem contador.

Cobrar 40% de multa de FGTS de uma família é algo que vai pesar no orçamento.

O parlamentar ressaltou que outra questão séria é a situação dos que dormem no emprego. A dúvida é se a pessoa está ou não de sobreaviso e se deve haver pagamento para essa situação.

O senador também está buscando alternativas para aliviar a sobrecarga orçamentária das famílias. Segundo ele, a alíquota do FGTS não deve diminuir, mas há a possibilidade de reduzir a do INSS para empregadores e empregados.

— Não adianta a gente sobrecarregar a família brasileira, porque esse orçamento familiar tem limites. Se for algo acima das suas posses, vai haver demissão. A gente não quer que isso aconteça.

## PROJETO DE DEDUÇÃO PARA EMPREGADOR DOMÉSTICO

O deputado federal Otavio Leite (PSDB-RJ) apresentou ao senador Romero Jucá (PMDB-RR) uma proposta para abater até 30% do Imposto de Renda de quem contrata empregada doméstica.

Segundo o deputado, a proposta (PL 5.268/2013) não contempla o caso dos pensionistas e aposentados, que já são isentos de Imposto de Renda, mas que muitas vezes dependem de cuidadores. Ele explicou que, em casos como esse, deve haver uma diminuição da alíquota do Instituto Nacional do Seguro Social ou do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

— Ao que parece, não haverá outro caminho: tem que ser um mix para atender a todos — disse o deputado.

## Cristovam quer que domésticas lutem pela educação dos filhos

Cristovam Buarque (PDT-DF) dirigiu-se aos empregados domésticos em discurso no Plenário ontem e pediu que eles não se contentem com a aprovação de direitos trabalhistas. O senador pediu que a categoria lute por uma escola de qualidade para os filhos.

Cristovam questionou o fato de os filhos dos patrões irem para escolas boas e os filhos dos empregados domésticos, para escolas ruins. O senador comparou o momento atual com a abolição da escravidão, mas assinalou que está



Para Cristovam, desigualdade entre escolas de pobres e ricos é imoral

acontecendo o oposto de quando foi aprovada a Lei do Ventre Livre, que determinava que os filhos dos escravos que

nascessem após a lei fossem livres.

— Quando eu votei aqui pela PEC [das Domésticas], eu tive a sensação de estar votando pelo contrário do ventre livre: as domésticas, elas passam a ter os direitos, mas os filhos, não — afirmou.

Cristovam disse que o Brasil pode não conseguir acabar com a desigualdade, mas deve acabar com a imoralidade.

— O Brasil é um país com a imoralidade da escola desigual conforme a renda do pai da criança. Temos que romper com essa imoralidade.



Senador lembra que Região Norte tem apenas um colégio militar

## Santoro pede criação de escolas militares

Sodré Santoro (PTB-RR) fez ontem apelo em Plenário para que a Câmara aprove o PL 4.428/2004, que autoriza a criação de colégios militares em Boa Vista e Rio Branco. Segundo Santoro, a importância da criação dos colégios se dá pelo fato de a Região Norte

ocupar 60% do território nacional, possuir nove estados e ter a maior fronteira seca brasileira, por onde passam milhares de militares para treinamento na Floresta Amazônica.

Ele lembrou que o Brasil possui 12 colégios militares, mas na Região Norte existe

apenas 1, localizado em Manaus. O contingente efetivo do estado de Roraima é de cerca de 2.400 militares. No Acre, é de aproximadamente 2 mil. Além dos filhos de militares, esses colégios aceitam uma parcela de alunos filhos de civis.

## Plano de trabalho para desoneração da cesta básica

A comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 609/2013, que isenta de impostos federais os produtos da cesta básica, aprovou ontem o plano de trabalho.

A fim de obter subsídios para a análise da MP, o relator, deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), propôs a realização de audiência pública para ouvir representantes do Ministério da Fazenda, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), entre outros. A audiência ficou marcada para 17 de abril, às 14h.

— Entendemos que a MP é da maior importância para o país, no sentido de combater a inflação. Ela beneficia, sobretudo, a classe trabalhadora e entendendo que seria importante debatermos a matéria com especialistas visando ao seu aperfeiçoamento — disse Edinho Araújo.

A presidente da comissão é a senadora Ana Rita (PT-ES).

## Audiências públicas vão discutir MP que altera Bolsa Família

A comissão mista que avalia a MP 607/2013 aprovou ontem a realização de duas audiências públicas. A MP amplia a concessão do benefício financeiro para superação da extrema pobreza a famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família que, mesmo após o recebimento da bolsa e de outros benefícios, tenham renda mensal inferior a R\$ 70 per capita.

A proposta de realização das audiências, de acordo com o relator da MP, deputado Assis Carvalho (PT-PI), compõe o plano de trabalho da comissão.

Autora do pedido de uma das audiências, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) disse que há necessidade de ouvir especialistas no assunto.

— Os especialistas têm algo a dizer, a avaliar e a contribuir na possibilidade até de um eventual aperfeiçoamento da lei [Lei 10.836/2004, que criou o Bolsa Família].

A comissão é presidida pelo senador Eduardo Amorim (PSC-SE).



Entre sindicalistas, Moka (4º à dir.) avalia medidas que provoquem o governo a enviar uma proposta ao Congresso

## Centrais cobram direitos de servidores públicos

Direito de greve e outras questões trabalhistas precisam ser regulamentados até junho, dizem sindicalistas, antes de conferência na Suíça

REPRESENTANTES DE CENTRAIS sindicais, senadores e deputados defenderam ontem que até junho seja regulamentada a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre negociação coletiva e direito de greve dos servidores públicos. O assunto foi tema de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A intenção é que na 102ª Conferência Anual da OIT, entre 5 e 20 de junho na Suíça, o Brasil possa participar como país que aplica a convenção, disse o secretário-geral da União Internacional de Sindicatos

de Servidores Públicos (UIS), Sebastião Soares da Silva.

Paulo Paim (PT-RS) comprometeu-se a consolidar todos os projetos sobre a regulamentação, ouvindo entidades de classe. Ele prometeu entregar um substitutivo à Comissão de Direitos Humanos (CDH). Na avaliação do presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), a iniciativa provocará o Poder Executivo para enviar uma proposta ao Parlamento.

### Frente parlamentar

Uma frente parlamentar mista poderá ser criada, por sugestão de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). A maioria das greves de servidores, disse ele, acontece pela impossibilidade de negociação.

Na opinião de Jayme Campos (DEM-MT), a regulamentação depende de vontade

política do Executivo. Ao chegar ao Parlamento, garantiu, a proposta será aprovada em menos de 30 dias.

O secretário de Assuntos de Servidores Públicos da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Lineu Mazano, disse que o Brasil possui cerca de 11 milhões de servidores públicos, a segunda maior categoria de trabalhadores do país.

— Será uma vergonha, na reunião da OIT, o Brasil não ter regulamentado a convenção — afirmou o secretário-adjunto de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pedro Armengol.

O secretário de Serviços Públicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), João Paulo Ribeiro, lamentou que os servidores públicos, legalmente, não tenham direito de negociar.

## Convenção levou 30 anos para ser ratificada

A Convenção 151 foi homologada pelo Brasil em 1978 e só ratificada pelo Congresso 30 anos depois. Mas falta a regulamentação do texto, que ficou parada desde 2010, segundo o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos. O processo foi reiniciado em março deste ano, explicou Domingos, com a assinatura do Decreto 7.944/2013 pela presidente Dilma Rousseff. Apenas sobre direito de greve do servidor, disse o sindicalista, há dezenas de propostas.

Também participaram da audiência representantes da Confederação dos Servidores

do Poder Legislativo e Tribunais de Contas, da Confederação dos Servidores Públicos, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal

(Sindilegis), da Câmara Bipartite Governo-Servidores Públicos, do Sindicato dos Servidores Públicos Civis, entre outros.



Servidores públicos acompanham a discussão na Comissão de Assuntos Sociais

## Vanessa defende 30 horas semanais para enfermeiros

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu ontem a jornada de trabalho de 30 horas semanais para os profissionais da enfermagem. Ela apoia a reivindicação da categoria, que está promovendo manifestações em Brasília pela aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei do Senado (PLS) 161/1999. O PLS já foi aprovado no Senado.

Para Vanessa, a redução da jornada é compatível com as necessidades, as responsabilidades e as atribuições dos profissionais. Ela citou dados da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) evidenciando que no setor privado os contratos são, em média,



Waldemir Moka/Agência Senado

de 36 horas semanais. Os setores públicos federal e estaduais e 40% dos municípios já seguem a demanda da categoria.

Ainda segundo a FNE, 85% dos

mais de 1,8 milhão de enfermeiros no Brasil têm pelo menos dois empregos. A parlamentar argumentou que exigir trabalhos exaustivos, “além da capacidade do ser humano”, é não permitir a boa qualidade dos serviços.

— A busca da excelência, da melhoria da qualidade na assistência da saúde passa primordialmente por uma boa capacitação dos profissionais da área, mas, principalmente, por boas condições de trabalho — afirmou.

## Cassol critica baixos salários de professores em Rondônia

O senador Ivo Cassol (PP-RO) protestou na segunda-feira contra os baixos salários dos professores da educação básica de Rondônia. Segundo ele, o plano de cargos e salários dos profissionais da educação básica do estado, publicado em setembro de 2012, enganou os servidores, já que não cumpre o adicional remuneratório relativo à promoção da carreira.

O senador explicou que a tabela de vencimentos dos profissionais do magistério é constituída de classes (A, B e C) e referências (que vão de 1 a 16). De acordo com o senador, o plano prevê aumento de 2% na mudança de uma referência para outra, mas, devido a um acordo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima (Sinter) com o governo do estado, a alteração não é cumprida.

Cassol afirmou que, com o acordo, os professores do



Moneira Mariz/Agência Senado

estado tiveram uma perda de 32% no salário. Ele disse esperar que o sindicato não faça mais acordos que prejudiquem a categoria.

Cassol também

criticou a situação de rodovias estaduais e federais que passam por Rondônia que, segundo ele, se encontram em estado precário, esburacadas e com falta de pontes. O senador atribuiu a condição das rodovias a empresas irresponsáveis e a licitações que não buscam a complementação de todas as obras de infraestrutura necessárias para dar segurança e estabilidade nas rodovias. O parlamentar pediu ação por parte do Dnit.

O senador mencionou ainda a situação dos viadutos de Porto Velho — que, segundo ele, “são uma vergonha” — e pediu urgência na contratação de empresas sérias, que possam concluir as obras dos viadutos e das rodovias de Rondônia.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portela

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretora de Jornalismo:** Virgínia Galvez

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Silvío Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Projeto sobre reparação da mama é enviado à sanção

Mulheres que tiverem mama retirada, total ou parcialmente, devido a tratamento contra câncer poderão fazer a plástica imediatamente pelo SUS. Iniciativa aproveita estrutura hospitalar e facilita a recuperação

PROJETO DE LEI aprovado pelo Senado que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a fazer cirurgia plástica reparadora imediatamente após a retirada da mama, em casos de câncer, quando houver condições técnicas, foi enviado à sanção na sexta-feira pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

A presidente Dilma Rousseff tem 15 dias para sancionar o projeto (PLC 3/2012), aprovado pelo Plenário em 26 de março. Para Renan, é uma vitória da mulher brasileira.

— Essa lei vai ajudar no resgate da autoestima da mulher em um momento de fragilidade. É preciso que o SUS dê prioridade no atendimento a esses casos — disse.

A reconstrução imediata permite o melhor aproveitamento da estrutura hospitalar — como a anestesia e a internação — e assegura uma melhor recuperação da mulher, sem a sensação de que a mama está faltando. No caso de impossibilidade de reconstrução imediata, a paciente será encaminhada para acompanhamento e terá garantida a realização da cirurgia logo depois que alcançar as condições clínicas requeridas.



Exame de mamografia para rastreamento de câncer, em hospital de Jundiá (SP)

O SUS já realiza cirurgias reparadoras de mama há mais de 13 anos. Atualmente, porém, são observadas filas que deixam mulheres vítimas de

câncer esperando por até cinco anos para serem atendidas. (Com informações da Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Anvisa deve inaugurar prestação de contas anuais

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deverá inaugurar o procedimento de prestação de contas anual das agências reguladoras no Senado. A sugestão foi apresentada ontem pelo diretor-presidente do órgão, Dirceu Barbano, ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

A previsão é de que a Anvisa apresente as informações na primeira semana de maio, em reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— O Senado é por onde passam as indicações dos

diretores e penso que é absolutamente saudável que os diretores retornem para prestar contas daquilo que fizeram ao longo do mandato. É também fundamental que o Parlamento conheça em detalhes o trabalho que as agências desenvolvem — afirmou Barbano.

## Audiência debate padrão sanitário unificado para municípios

A carne bovina vendida em pequenos municípios nem sempre segue os padrões sanitários presentes na comercializada por redes de supermercado ou destinada à exportação. A necessidade de unificação de procedimentos foi apontada em audiência na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

Para o presidente da comissão, Blairo Maggi (PR-MT), que propôs o debate, é preciso ampliar os repasses da União para as prefeituras contratarem, por concurso, veterinários que fiscalizem permanentemente os abatedouros municipais.

Segundo Enio Marques Pereira, do Ministério da

Agricultura, o governo está trabalhando para implementar regras mínimas comuns.

O problema, segundo secretários estaduais de Agricultura, está no custo das instalações e equipamentos para atendimento às regras de higiene e no

grande número de pequenos abatedouros a serem fiscalizados. Uma alternativa, segundo Meraldo Sá, secretário de Mato Grosso, seria a implantação de consórcios intermunicipais, com abatedouros com atuação regional. Para Luiz Fernando

Mainardi, do Rio Grande do Sul, sistemas de rastreamento do rebanho deveriam ser obrigatórios em todo o país. Mônica Bergamaschi, de São Paulo, defendeu a integração da fiscalização com a vigilância sanitária nos pontos de venda

a varejo e campanhas aos consumidores.

O diretor da ONG Amigos da Terra — Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, disse que são frequentes os casos de abatedouros fora dos padrões, mas com documentos em dia, assinados por veterinários. Benedito de Arruda, presidente do Conselho Federal de Medicina Veterinária, disse que essas irregularidades são exceção. Ele contou que muitos veterinários sofrem ameaças e pressão de autoridades por seguirem as normas. Relatou casos em que a defesa sanitária fecha um matadouro irregular, mas o estabelecimento é reaberto por liminar do juiz da comarca.



Benedito de Arruda, Meraldo Sá, Enio Marques, Blairo Maggi, Mônica Bergamaschi, Cristyanne Taques e Roberto Smeraldi na CMA

## Ana Amélia volta a alertar para crise nas Santas Casas

Ana Amélia (PP-RS) alertou para uma possível paralisação generalizada nos atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) feitos por Santa Casas, hospitais filantrópicos e laboratórios de análises clínicas conveniados. Ela teme que as entidades neguem atendimento aos cidadãos que não têm convênio particular por falta de atualização da tabela de pagamentos do SUS.

Para Ana Amélia, a postura do governo federal de não promover os reajustes necessários para procedimentos médicos desde 2008 é insustentável. Segundo ela, as entidades acumulam déficits anuais de aproximadamente R\$ 5 bilhões e terceirizam parte do trabalho



Ana Amélia espera sensibilidade do governo federal à situação

para evitar a falência. A senadora contou que, na segunda-feira, mais de 2 mil entidades em todo o país deram um prazo de 60 dias ao governo e 70 já deixaram de atender a população em consultas e procedimentos eletivos (sem urgência).

— Sem o aumento na tabela, a população mais pobre do país vai deixar de ser atendida — afirmou.

## Paulo Davim lembra o Dia Mundial de Combate ao Câncer

Em pronunciamento ontem, Paulo Davim (PV-RN) chamou a atenção para a importância de medidas educativas que permitam a detecção precoce do câncer.

— Anualmente, estima-se que sejam diagnosticados mais de 12 milhões de casos de câncer em todo o mundo. Quase 8 milhões de casos levam à morte. Estima-se que um terço dessas mortes poderiam ter sido evitadas se os casos fossem diagnosticados e tratados com antecedência, com precocidade — afirmou o senador.

Davim, que é médico, saudou a passagem do Dia Mundial de Combate ao Câncer, 8 de abril, lembrando que a data foi instituída para chamar a atenção dos governos para a implementação



Davim destaca que o diagnóstico precoce evita mortes por câncer

de políticas de prevenção e tratamento da patologia.

No Brasil, afirmou, o combate ao câncer passa por um momento difícil, pois são poucos os hospitais públicos que dispõem de serviços de oncologia para diagnosticar, tratar e fazer os devidos acompanhamentos.

— O câncer é uma patologia que merece toda a atenção das autoridades sanitárias — disse.

Senador se reuniu com ministra da Casa Civil para expor situação dos imigrantes da América Central e da África que entraram clandestinamente no Acre. Governo deve fazer reunião hoje para traçar medidas

# Viana pede ação do Planalto na questão dos imigrantes

O GOVERNO DEVERÁ fazer hoje uma reunião interministerial para decidir as medidas que tomará em relação à quantidade cada vez maior de imigrantes ilegais, principalmente do Haiti, nas cidades de Brasileia e Assis Brasil, no Acre. Os ministérios envolvidos são os da Justiça, das Relações Exteriores e da Casa Civil.

A informação foi dada pelo senador Jorge Viana (PT-AC) ontem à noite, após reunir-se no Palácio do Planalto com a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para descrever-lhe a situação dos imigrantes. Ele chegou a mostrar fotos à ministra. Viana visitou Brasileia no domingo.

— A ministra se mostrou bastante preocupada com a questão — afirmou o senador.

Ontem, o governador do Acre, Tião Viana, que é irmão do senador, decretou

situação de emergência nas duas cidades, pedindo a ajuda do governo federal.

De acordo com Jorge Viana, há 1.300 imigrantes ilegais em Brasileia, o que representa perto de 10% da população da cidade. Eles estão alojados de maneira precária e dispõem de pouca comida.

O senador teme que haja episódios de violência tanto entre os imigrantes e os moradores quanto entre os próprios estrangeiros.

## Tráfego de pessoas

Outra preocupação de Jorge Viana são as quadrilhas de tráfico internacional de pessoas, que estão incluindo o Acre nas rotas. Ele disse que o estado tem recebido imigrantes haitianos, dominicanos, nigerianos e senegaleses. O Acre faz fronteira com a Bolívia e com o Peru.

Segundo o senador, o governo federal tem ajudado o estado a lidar com o grande fluxo de imigrantes clandestinos, mas a situação agora exige ações mais contundentes.

— É fundamental a presença da Força Nacional e do Estado brasileiro no Acre, para que possamos pôr fim a algo que é gravíssimo. Deveriam estar no Acre funcionários do Comitê Nacional para os Refugiados e até da ONU — afirmou o senador ontem, mais cedo, em discurso na tribuna do Senado.

Na segunda-feira, Jorge Viana já havia tratado do problema com os ministros Antonio Patriota, das Relações Exteriores, e José Eduardo Cardozo, da Justiça.

— Tomara que possamos pôr fim a essa situação, sem sacrifício desses pobres coitados que tentam melhor sorte em nosso país — disse o senador.



Capiberibe e Ana Rita ouvem o governador do Amapá, Camilo Capiberibe

## Novas subcomissões ampliam debate sobre direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) instalou ontem três subcomissões permanentes para ampliar os debates: de Defesa da Mulher; da Memória, Verdade e Justiça; e para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo. Também foi instalada a Subcomissão de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso, de caráter temporário.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), disse que o colegiado tem a missão de corresponder às expectativas da sociedade. Ela parabenizou João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Davim (PV-RN) por terem proposto a criação da subcomissão da Memória e a do Tráfico de Pessoas.

A primeira, presidida por João Capiberibe (PSB-SE), vai investigar fatos ocorridos durante o regime militar (1964–1985), contribuindo com a Comissão Nacional da Verdade, do Poder Executivo. Capiberibe disse que muitas portas ainda estão fechadas e informações importantes continuam sendo negadas.

— Podemos ouvir alguns segmentos, como os militares. Houve um expurgo nas Forças Armadas em 1964. Inúmeros oficiais e soldados foram expulsos e a sociedade não sabe — disse o senador.

Ana Rita salientou a dificuldade para tratar do tema, lembrando que sua proposta de mudar o nome da Ala Felinto Müller, no Senado, ainda não foi aprovada.

— Dentro da nossa própria Casa há resistência — disse.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), escolhido vice-presidente da subcomissão, concordou com Ana Rita e disse considerar “antagônico e inadequado” ter no mesmo prédio homenagens a Teotônio Vilela e a Felinto Müller. Teotônio (1917–1983), conhecido como Menestrel das Alagoas, defendeu a anistia de presos políticos. Felinto (1900–1973) foi chefe de Polícia do Distrito Federal na ditadura de Getúlio Vargas e apoiou o regime militar.

Na Subcomissão para Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, Davim foi escolhido presidente, tendo Lídice da Mata (PSB-BA), como vice. O senador, que participou da CPI do Tráfico de Pessoas, lembrou de debates e visitas, dizendo que o trabalho precisa continuar.

— Foi só a ponta do iceberg. Por onde passamos, deixamos casos sendo acompanhados pela Polícia Federal, pela Polícia Civil. Precisamos acompanhar o que foi plantado.

Para presidir a Subcomissão de Defesa da Mulher, foi eleita Lídice, que terá Ângela Portela (PT-RR) como vice. Relatora da CPI mista de Violência contra a Mulher, Lídice ressaltou que as subcomissões tratam de interesses da agenda de direitos humanos.

Também foram eleitos o presidente e o vice-presidente da Subcomissão de Combate à Pedofilia: Paulo Paim (PT-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP). O governador do Amapá, Camilo Capiberibe, está implantando a Comissão da Verdade no estado e acompanhou os trabalhos da CDH.

**Defesa da mulher, memória e tráfico de pessoas ganham colegiados permanentes no Senado**



Senador diz que governo do Acre decretou situação de emergência em duas cidades que concentram imigrantes



Imagem do Gabinete do senador Jorge Viana

## Alvaro questiona financiamentos secretos a Cuba



Alvaro Dias (PSDB-PR) cobrou explicações do governo sobre financiamentos secretos do Brasil em Cuba e Angola, denunciados por reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*.

— Só anunciar a existência de financiamentos secretos pressupõe desrespeito, afronta, descaso com aqueles que pagam impostos neste país — disse.

Segundo a reportagem citada pelo senador, o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, tornou secretos documentos que tratam de financiamentos do Brasil aos governos de Cuba e de Angola. Os documentos só poderão ser acessados a partir de 2027.

## Inácio registra titulação de Lula na Inglaterra



Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu esta semana, na Inglaterra, mais um título de doutor honoris causa pelo papel que desempenhou no combate à miséria no Brasil.

O senador disse que Lula foi recebido pelo vocalista da banda U2, Bono Vox, de quem recebeu a sugestão de aplicar os programas sociais brasileiros em outras regiões do planeta.

Inácio criticou as intenções do governo federal de voltar a praticar aumento da taxa de juros básica da economia.

— Há maneiras mais eficazes de combate à inflação, como o apoio aos setores produtivos da sociedade — afirmou.

## Suplicy manifesta apoio à cantora Daniela Mercury



Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou apoio à decisão da cantora Daniela Mercury de assumir publicamente o relacionamento amoroso com a jornalista Malu Verçosa. O senador destacou o talento e a importância da cantora no cenário musical brasileiro e no exterior e a coragem demonstrada por ela nas entrevistas concedidas a diversos meios de comunicação na semana passada.

Suplicy lembrou a experiência de Anderson Herzer, nascido Sandra Mara Herzer (1962–1982), que escreveu o livro *A Queda para o Alto* e cometeu suicídio antes de ver o livro ser publicado e virar um sucesso de vendas.

### Nomes para condução dos trabalhos

- Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça**
  - » presidente: João Capiberibe (PSB-AP)
  - » vice: Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
- Subcomissão para Enfrentamento do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo**
  - » presidente: Paulo Davim (PV-RN)
  - » vice: Lídice da Mata (PSB-BA)
- Subcomissão de Defesa da Mulher**
  - » presidente: Lídice da Mata (PSB-BA)
  - » vice: Ângela Portela (PT-RR)
- Subcomissão de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso**
  - » presidente: Paulo Paim (PT-RS)
  - » vice: Eduardo Suplicy (PT-SP)